



DINAMIZAR O PSD

A Comissão Política aprovou a criação em novos moldes do Conselho Estratégico Nacional. O objetivo é pôr o país a militar de uma forma diferente



pág. 9

PSD

"REFORMA DO ESTADO DEVE SER PRECEDIDA DE UMA BOA REFLEXÃO"

O coordenador para o tema da descentralização, Álvaro Amaro, declara que o PSD escolheu "o caminho da cooperação" por se tratar de uma reforma que exige "grandes conversações"



pág. 13

Locais

GOVERNO PARTIDARIZA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LEIXÕES

Quatro concelhias do PSD do Grande Porto criticam as escolhas do Governo para a Administração do Porto do Douro e Leixões (APDL)



pág. 14

Regionais

PSD/MADEIRA MOBILIZA-SE PARA VENCER ELEIÇÕES NO ARQUIPÉLAGO

O PSD está unido e mobilizado para enfrentar o "cerco das esquerdas" que querem tomar o poder no arquipélago e retirar a autonomia de decisão aos madeirenses e porto-santenses



JOSÉ CANCELA MOURA | Diretor do "Povo Livre"

OS PROFESSORES, PAIXÃO E SOLUÇÕES

Os professores iniciaram esta terça-feira quatro dias de greve. A paralisação foi convocada por uma dezena de estruturas sindicais que acusam o Governo de faltar à palavra no descongelamento de carreiras. Os professores exigem a contabilização integral do tempo de serviço, para efeitos de progressão na carreira.

De facto, o Ministério da Educação estará a contrariar o projeto de resolução aprovado em dezembro último no Parlamento que ia ao encontro daquela reivindicação. Os sindicatos acusam o Executivo de excluir nove anos e quatro meses ao tempo de serviço e apontam o dedo ao ministério: "Tempo de serviço não se negocia, conta-se".

É muito fácil proclamar que "palavra dada é palavra honrada" e, depois, por conveniência, desonrar os compromissos emanados da casa da democracia. Mais estranho é o PS, que sempre se arroga como paladino da escola pública, em momentos como este, decidir de forma diferente do que prometeu, falhando redondamente, até na gestão das expectativas. É fácil a tentação de enveredar pelo caminho da exploração das emoções, de saltar para a rua ou depois, porque dá jeito, anunciar a (compra da) paz social. Na prática, o Governo socialista revela nesta, como noutras ocasiões, a sua verdadeira natureza: um partido de promessas, da gestão corrente, da navegação à vista e da decisão fácil, mas absolutamente incapaz de se comprometer com uma estratégia consolidada de crescimento, de celebrar pactos de regime ou de decidir em consonância com o verdadeiro desígnio nacional, à margem de calendários eleitorais.

Também não seria expectável outra coisa, para quem se encontra refém de esquerda radical e se permitiu a governar num modelo de negócio, a partir da Assembleia da República.

Para o PSD, a escola pública tem de ser pensada sempre num horizonte mais largo. Esta não pode, nem deve estar sujeita a experiências pedagógicas, a ciclos pontuais ou a cedências corporativas.

O ensino também não pode estar refém de preconceitos ideológicos. Nesta matéria, a realidade quase sempre se sobrepõe à ideologia. Temos de ser capazes de assegurar uma escola que sirva e envolva toda a comunidade educativa: alunos, pais, professores e auxiliares.

No encerramento do 37.º Congresso Nacional, o presidente do PSD foi perentório: "Os professores são profissionais do conhecimento, não animadores de salas de aula".

Esta afirmação encerra, em si mesma, o reconhecimento genuíno de que os professores são um pilar fundamental na formação pedagógica, cívica e até na realização do nosso destino enquanto coletividade. Precisamos de dignificar o papel dos professores. Eles são fundamentais para preparar as novas gerações, que queremos críticas, participativas, criativas, competentes, sonhadoras e solidárias.

Por mais que se discuta a competitividade e a qualidade de vida, há um caminho que tomamos como incontornável: Portugal depende de uma escola pública exigente, nos métodos e nos resultados. Porque a educação, a partilha do conhecimento e a aprendizagem são instrumentos decisivos para a construção de uma sociedade mais justa, para a redução das desigualdades sociais e para a erradicação da pobreza.

O País não precisa de paixões, está é absolutamente sedento de soluções.

Conselho Estratégico Nacional

DINAMIZAR O



A criação em novos moldes do Conselho Estratégico Nacional (CEN) pretende introduzir uma "revolução na forma de funcionamento" do PSD, permitindo aos militantes e independentes que participem no debate político, com ideias e propostas. O CEN será presidido pelo Professor David Justino e terá porta-vozes e coordenadores nacionais.

"O Conselho Estratégico Nacional tem dois objetivos: é o órgão que muitas vezes se designou, mas não é isso exatamente que ele é, uma espécie de gabinete sombra ou governo sombra. É o órgão que vai ter os porta-vozes e os coordenadores do partido para as mais diversas áreas", explicou Rui Rio, apresentando a anteproposta definida na reunião da Comissão Política Nacional e cujo regulamento será apresentado em breve. O Conselho Estratégico vai, também, produzir o programa eleitoral para as eleições legislativas de 2019.

"Esta é uma primeira e a maior proposta que fazemos no sentido de procurar contribuir para uma diferente militância no PSD", afirmou o presidente do PSD, enfatizando que o Conselho estratégico Nacional vai ao encontro do que defendeu quer na campanha eleitoral interna, quer ao longo da sua vida.

"O que se pretende com este conselho é pôr todo um país a militar de uma forma diferente no PSD. Militam da forma tradicional [em concelhias, distritais], mas



PSD



se quiserem e não encontrarem espaço na militância tradicional, têm uma diferente: se são profissionais de saúde ou se se interessam por saúde podem militar na secção de saúde”, exemplificou, acrescentando que esta participação estará também aberta a independentes.

As secções temáticas nacionais poderão ter a sua sede em diferentes cidades e ser replicadas pelas distritais que assim entenderem. A nova forma de funcionamento do CEN fará com que este passe a englobar também o Gabinete de Estudos do PSD.

Trata-se, também, de “um desafio às distritais” e para “trazer a denominada sociedade civil para o PSD”, afirmou Rui Rio, defendendo que o PSD “tem obrigação de ter pessoas especializadas” nas várias áreas, que considera que até aqui não tido. “Recorre-se muitas vezes aos deputados, que muitas vezes não são especialistas”, disse.

As funções dos porta-vozes parlamentares “mantêm-se intactas”, além de que cada secção temática terá, obrigatoriamente, de integrar “um a dois representantes” do grupo parlamentar do PSD. “Nós somamos é capacidade do partido ter, fora do parlamento, um conjunto de porta-vozes”, mencionou o líder do PSD.

Sobre a diferença entre os porta-vozes e os coordenadores – que excepcionalmente podem coincidir –, Rui Rio explicou que os segundos serão pessoas com mais

experiência, e apontou como exemplo a secção da Agricultura, para qual já escolheu como coordenador o ex-ministro dessa área, Arlindo Cunha, e o porta-voz será necessariamente uma pessoa mais jovem e que recusa poder ser visto como um futuro ministro de um governo social-democrata.

“Quando fizerem uma pergunta sobre qualquer coisa que está a acontecer, o PSD terá sempre através deste órgão um porta-voz setorial com conhecimento técnico e político para comentar com competência e não, como muitas vezes acontece na política, dizer mal ou dizer bem”, resumiu Rui Rio.

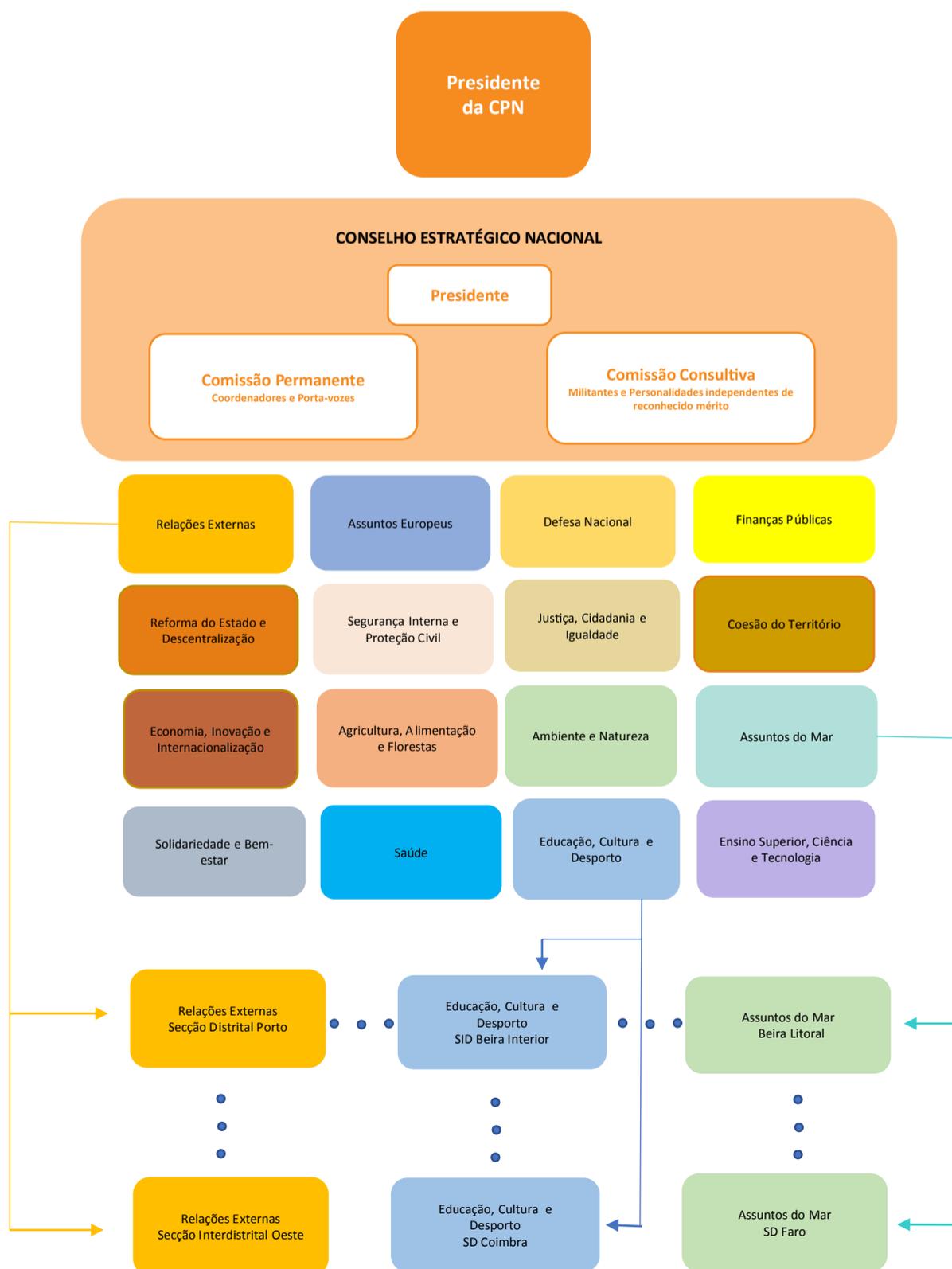
Haverá também a possibilidade de distritos vizinhos se juntarem para criar uma secção temática, de forma a juntarem mais massa crítica.

O CEN integra uma Comissão Permanente composta pelo presidente – o vice-presidente do PSD, David Justino –, os coordenadores e porta-vozes das secções temáticas e por uma Comissão Consultiva, que integra militantes e personalidades independentes de reconhecido mérito.

A Comissão Política Nacional de 7 de março nomeou ainda para presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD o docente universitário Tiago Moreira de Sá e para coordenador do secretariado para as Comunidades Portuguesas o antigo deputado e ex-secretário-geral adjunto Luís Geraldês.

AS 16 SECÇÕES TEMÁTICAS DO

CONSELHO ESTRATÉGICO NACIONAL



As secções temáticas de nível nacional poderão ser sediadas em diferentes cidades, de acordo com a sua temática ou residência dos seus membros, e deverão, em articulação com as estruturas distritais do PSD, propor à Comissão Permanente do Conselho Estratégico Nacional a constituição de secções distritais ou interdistritais, de acordo com critérios a definir em regulamento próprio.

Nesse regulamento, a aprovar pela CPN na sua próxima reunião, deverá ser definida, entre outras, a composição das secções temáticas a nível nacional, a forma de constituição das secções temáticas distritais e interdistritais, o seu número mínimo de membros, a forma de abertura a cidadãos independentes, a forma de eleição dos seus coordenadores e vice-coordenadores, a regularidade mínima para as suas reuniões, a sua articulação com o nível nacional do CEN e com as Comissões Políticas Distritais, entre outras.

Numa primeira configuração, as secções temáticas são as seguintes:

- 1. Relações Externas:** comunidades portuguesas, CPLP, relações atlânticas, África e relações Ásia-Pacífico
- 2. Assuntos Europeus**
- 3. Reforma do Estado e Descentralização**
- 4. Defesa Nacional**
- 5. Finanças Públicas:** Contas Públicas, Tesouro, Emprego Público e Sistema Financeiro
- 6. Justiça, Cidadania e Igualdade**
- 7. Segurança Interna e Proteção Civil**
- 8. Agricultura, Alimentação e Florestas**
- 9. Coesão do Território:** Infraestruturas, Transportes, Cidades e Habitação
- 10. Ambiente e Natureza:** Ambiente, Energia, Desenvolvimento Rural e Conservação da Natureza
- 11. Economia, Inovação e internacionalização:** Indústria e Serviços, Turismo, Trabalho, Emprego e Formação Profissional
- 12. Saúde**
- 13. Solidariedade e Bem-Estar:** Terceiro Sector, Segurança Social e Proteção Social
- 14. Educação, Cultura e Desporto:** Educação de Infância, Básica e Secundária, Cultura, Juventude e Desporto
- 15. Ensino Superior, Ciência e Tecnologia**
- 16. Assuntos do Mar**

GANHAR EM 2019



“O importante é conseguir em 2019 uma vitória para alterar a forma como o país tem sido governado”, afirmou o presidente do PSD, logo após a sessão de encerramento do congresso do CDS-PP, que decorreu no último fim de semana em Lamego.

“Esse é que é o nosso ponto fundamental: chegar a 2019 e estar em condições de ganhar as eleições legislativas, se depois for necessária uma coligação, seguramente que cá estaremos para isso”, assegurou.

Rui Rio considera que o PSD e CDS/PP são “evidentemente adversários”, partidos distintos que “no passado já fizeram muitas coisas juntos por Portugal”, quer no Governo quer nas autarquias.

“Eu serei o melhor candidato a primeiro-ministro não só que a doutora Assunção Cristas como que o doutor António Costa”, referiu o presidente do PSD.

ALTERAÇÃO FISCAL PARA OBRIGAR EMPRESAS A PAGAR NA PRÁTICA MAIS IRC

O presidente do PSD defende a alteração da legislação fiscal. O regime em vigor cria situações injustas, permitindo que empresas como a EDP paguem, na prática, taxas anuais de IRC de 0,7%. “Isto não faz sentido, isto é injusto”, sustentou o líder do PSD, Rui Rio, ao comentar a notícia veiculada pelo semanário “Expresso” de que a EDP pagou uma taxa de IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) de 0,7% em 2017, a mais

baixa das empresas cotadas na bolsa portuguesa.

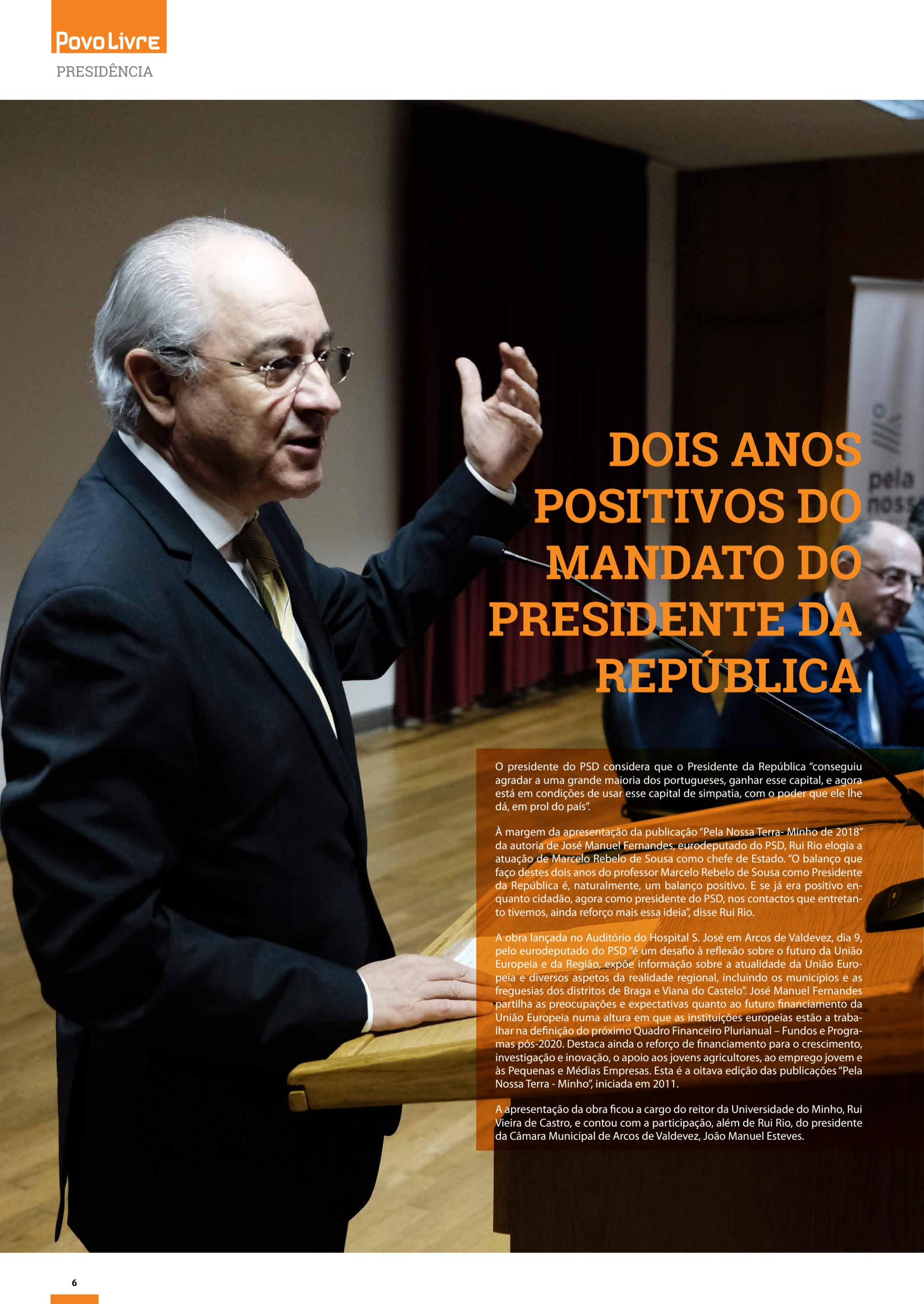
Para o presidente do PSD, “nenhum português de bom senso aceita uma coisa destas”, recordando que “a lógica de qualquer imposto sobre o rendimento é de que quem ganha mais deve pagar mais e de que quem ganha menos deve pagar menos”.

“O PSD vai pedir um debate de atualidade no parlamento, que, no limite, deve passar por alterações à legislação, de modo a que isto não seja possível”, afirmou.

“O PSD tem a opinião de que a taxa de IRC em Portugal é muito alta, devia ser muito mais baixa, é verdade. Mas, a ser mais baixa, deve ser mais baixa para todos e, seguramente até, para quem ganha menos, não para quem ganha mais. E, mesmo sendo mais baixa, não é para patamares de 0,7%”, defendeu.

Rui Rio admitiu que “a EDP, ela própria, faz o que lhe compete fazer”, utilizando a lei para pagar menos, mas agora “compete ao parlamento e ao Governo alterarem a lei para que isso não seja possível e para que haja mais justiça fiscal”.

O presidente do PSD ressaltou, contudo, que “é preciso apurar se é verdade a notícia de que a elétrica portuguesa pagou apenas 0,7% de imposto sobre o rendimento e, em caso afirmativo, “se é legal”. “Partindo do princípio de que é verdade e de que é legal, é importante introduzir alterações na legislação”, salientou o líder do PSD, concluindo: “Esta situação é moralmente inaceitável, sobretudo se olharmos para as outras taxas de impostos sobre o rendimento”.



DOIS ANOS POSITIVOS DO MANDATO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O presidente do PSD considera que o Presidente da República “conseguiu agradar a uma grande maioria dos portugueses, ganhar esse capital, e agora está em condições de usar esse capital de simpatia, com o poder que ele lhe dá, em prol do país”.

À margem da apresentação da publicação “Pela Nossa Terra- Minho de 2018” da autoria de José Manuel Fernandes, eurodeputado do PSD, Rui Rio elogia a atuação de Marcelo Rebelo de Sousa como chefe de Estado. “O balanço que faço destes dois anos do professor Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República é, naturalmente, um balanço positivo. E se já era positivo enquanto cidadão, agora como presidente do PSD, nos contactos que entretanto tivemos, ainda reforço mais essa ideia”, disse Rui Rio.

A obra lançada no Auditório do Hospital S. José em Arcos de Valdevez, dia 9, pelo eurodeputado do PSD “é um desafio à reflexão sobre o futuro da União Europeia e da Região, expõe informação sobre a atualidade da União Europeia e diversos aspetos da realidade regional, incluindo os municípios e as freguesias dos distritos de Braga e Viana do Castelo”. José Manuel Fernandes partilha as preocupações e expectativas quanto ao futuro financiamento da União Europeia numa altura em que as instituições europeias estão a trabalhar na definição do próximo Quadro Financeiro Plurianual – Fundos e Programas pós-2020. Destaca ainda o reforço de financiamento para o crescimento, investigação e inovação, o apoio aos jovens agricultores, ao emprego jovem e às Pequenas e Médias Empresas. Esta é a oitava edição das publicações “Pela Nossa Terra - Minho”, iniciada em 2011.

A apresentação da obra ficou a cargo do reitor da Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro, e contou com a participação, além de Rui Rio, do presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves.

REUNIÃO COM A ANAFRE



Rui Rio reitera que a nova Lei das Finanças Locais é determinante para as negociações com o Governo sobre descentralização de competências. Uma das prioridades é saber qual será o envelope financeiro destinado ao poder local (municípios e freguesias). As negociações sobre a descentralização estão a decorrer a bom ritmo e existe a possibilidade de um acordo alargado entre vários partidos. O presidente do PSD recebeu na segunda-feira, 12 de março, a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), na sede nacional do PSD.



RUI RIO RECEBEU O PRESIDENTE DO MLSTP/PSD

Rui Rio recebeu, dia 5 de março, Aurélio Martins, presidente do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP/PSD), num encontro que serviu para apresentar cumprimentos e estreitar o relacionamento político. “Viemos saudar o presidente do PSD, partido amigo do MLSTP/PSD. Abordámos a situação interna dos nossos dois partidos e também de São Tomé e Príncipe”, afirmou.

Na reunião foi abordada não só a ligação entre os dois países mas também as eleições que se avizinham em São Tomé e Príncipe. “Nós vamos ter eleições este ano. Portanto, tivemos de ouvir o conselho de alguém com experiência como o Dr. Rui Rio”, disse Aurélio Martins, aproveitando ainda para abordar aquelas que são as “perspetivas futuras”.

Presidente do PSD recebeu embaixador Christof Weil

ALEMANHA É O MOTOR DA UNIÃO EUROPEIA



“É importante, para Portugal, ter uma relação estabilizada com aquele que é o principal país e o principal motor da União Europeia”, afirmou Rui Rio, dia 7, após um encontro com o embaixador da República Federal da Alemanha em Portugal, Christof Weil. O presidente do PSD destaca as boas relações entre os dois países e espera que o futuro traga mais “investimento de qualidade” alemão para Portugal

No rescaldo da visita do Presidente da República Federal da Alemanha, o presidente do PSD recebeu, dia 7, na sede nacional, o embaixador Christof Weil, uma reunião frutífera e interessante. “O que me trouxe aqui, hoje, foi ter uma conversa com o novo líder do partido mais importante da oposição que, além disso, frequentou o Colégio Alemão do Porto”, apontou o representante alemão em Portugal, notando a facilidade de comunicação com o líder do PSD.

O embaixador alemão em Portugal “estava interessado em ouvir aquilo que é a minha visão da situação portuguesa neste momento e da situação do PSD também” que “tive todo o gosto em dar”, apontou o presidente do PSD, explicando de que forma “se conjugam as duas num futuro próximo”. Para Rui Rio, a recente visita do chefe de Estado alemão a Portugal demonstrou que “o relacionamento entre Portugal e a Alemanha é profundamente equilibrado”, sem “aquelas tensões que vivemos no período” do ajustamento e resgate financeiros. “Acho que as coisas estão estabilizadas”, garantiu o líder do PSD.

“É importante, para Portugal, ter uma relação de respeito e estabilizada com aquele que é o principal país e o principal motor da União Europeia”, disse. “Nesse sentido, a visita do Presidente da República da Alemanha aqui a Portugal na semana passada e a sua interação com o nosso Presidente da República é algo de importante para cimentar mais ainda essa boa relação que, como sabemos, nunca foi má, mas foi mais tensa, aqui há uns anos, por força das circunstâncias económicas”, indicou.

Na perspetiva do embaixador Christof Weil, a visita do seu chefe de Estado “mostrou que, assim como o Presidente português disse, não temos nem um único problema bilateral, é uma relação excelente”.

Para Rui Rio, as boas relações atuais podem abrir a porta a um maior entendimento dos “problemas de Portugal” por parte da Europa. “E pode também traduzir-se numa maior abertura para haver investimento alemão em Portugal”, acrescentou. “O investimento estrangeiro vindo da Alemanha é, normalmente, um investimento de qualidade”.

Rui Rio ressalva que pode haver tendência para que o investimento procure “mão-de-obra mais barata”, notando que Portugal tem aí o dever de “selecionar” e “facilitar o mais possível aquele investimento que mais nos interessa, que é o investimento que gera maior valor acrescentado”, já que isso significa “que podemos pagar melhores salários e elevar o nível de vida português”. “É desse investimento que nós precisamos e o investimento alemão tem todas as condições para ter essas características”, concluiu.

O embaixador Christof Weil manifestou “grande satisfação” pela existência de “um novo tipo de investimento alemão” virado para as novas tecnologias que considera serem o futuro.

Álvaro Amaro, coordenador para a descentralização

“REFORMA DO ESTADO DEVE SER PRECEDIDA DE UMA BOA REFLEXÃO”

O coordenador para o tema da descentralização, Álvaro Amaro, declara que o PSD escolheu “o caminho da cooperação” por se tratar de uma reforma que exige “grandes conversações”. Em agenda está, agora, a análise dos quadros financeiros, tendo em vista a prestação do “melhor serviço aos cidadãos”

“Tal como o presidente do PSD afirmou com toda a clareza, em primeiro lugar, o interesse nacional”, assim respondeu Álvaro Amaro, sobre o que motiva o PSD no diálogo com o Governo sobre a descentralização. O PSD escolheu “o caminho da cooperação”, para que se possa prosseguir uma reforma que, defende, “não pode ser precipitada”. Este processo implica, pois, “grandes conversações e também negociações”, e nas quais se inclui, também, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Designado coordenador para a descentralização, o também presidente dos Autarcas Social Democratas (ASD) esclareceu que não se tratará de “um caminho a qualquer preço”, pelo que assegura que o PSD analisará “com grande espírito e seriedade” o trabalho realizado pelo Executivo.

Ao explicar que a transferência de competências deve ser acompanhada pela disponibilização dos “necessários recursos financeiros”, o autarca da Guarda salientou que prefere “falar em municipalização, em transferência de competências para os municípios e freguesias”. Este é, pois, o primeiro patamar que está na mesa.

O presidente da Câmara Municipal da Guarda defende que a “verdadeira descentralização”, a que se refere como segundo pilar, deverá ser “acompanha-



da, também, de uma desconcentração de serviços do Estado, de Lisboa para outras partes do país”. Trata-se, segundo assinalou, de “um elemento de uma nova forma de organização e gestão do Estado”. Alertou, no entanto, que “o PSD entende que uma verdadeira organização ou reforma do Estado

deve ser precedida de uma boa reflexão”.

Álvaro Amaro adiantou que, em agenda, está agora a análise dos quadros financeiros. “Para nós, é fundamental”, salientou, acrescentando que importa, pois, assegurar que será prestado “o melhor serviço aos cidadãos”.



Cláudia André
em Alfândega da Fé

“AS MULHERES SOCIAL DEMOCRATAS SÃO FORTES”

Cláudia André, vogal da Comissão Política Nacional do PSD, esteve num jantar promovido pelas Mulheres Social Democratas (MSD) na Alfândega da Fé, distrito de Bragança, sexta-feira, 9 de março de 2018. “As Mulheres Social Democratas são fortes. As mulheres do país são fortes. O nosso território é rico. Não deixem que nos digam o contrário. Somos todos capazes de levar o país para a frente”, sintetizou Cláudia André.

Esta iniciativa contou ainda com a presença de Lina Lopes, vice-presidente da Mesa do Congresso e coordenadora nacional das MSD.

TIAGO MOREIRA DE SÁ PRESIDE À COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



A Comissão Política Nacional do PSD nomeou, em 7 de março de 2018, o professor universitário Tiago Moreira de Sá para presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD.

Tiago Moreira de Sá é doutorado em História das Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL e exerce a atividade de professor auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigador no Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-UNL) e coordenador do curso de Doutoramento em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Faz parte da Comissão Executiva do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Comentador residente no programa “Olhar o Mundo”, da RTP3, intervém em diversos painéis informativos de análise de política internacional. É autor de vasta obra publicada, da qual se destaca “História das Relações Portugal-EUA” (1776-2015), Lisboa, Dom Quixote, 2016; “Política Externa Portuguesa”, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015; “Carlucci versus. Kissinger. The USA and the Portuguese Revolution, Washington D.C.”, Lexington Books, 2011; “Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola”, Lisboa, Dom Quixote, 2011; “À Procura de um Plano Bilateral. A Fundação Luso-Americana e o Desenvolvimento de Portugal”, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2010; “Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa”, Lisboa, Instituto Diplomático”, 2009; “Carlucci vs. Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa”, Lisboa, Dom Quixote”, 2008 (em co-autoria com Bernardino Gomes); “Os Americanos na Revolução Portuguesa”, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

Tiago Moreira de Sá é membro de várias associações profissionais e científicas, nomeadamente a International Political Science Association (IPSA), o LSE Ideas Africa International Affairs Program da London School of Economics (LSE), a Associação Portuguesa da Ciência Política (APCP), a Comissão Portuguesa do Atlântico (CPA) e a Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AAAHD). Integra o projeto de investigação “Democracia em Tempos de Crise: Poder e Discurso num jogo de três níveis”, coordenado pela Prof.ª Doutora Catherine Moury e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT: PTDC/IVC-CPO/2247/2014).

Tiago Moreira de Sá tem 47 anos e reside em Lisboa.

LUÍS GERALDES É O COORDENADOR DO SECRETARIADO PARA AS COMUNIDADES PORTUGUESAS

A Comissão Política Nacional nomeou, ainda, para coordenador do Secretariado para as Comunidades Portuguesas o antigo deputado e ex-secretário-geral adjunto Luís Geraldes.

Luís Geraldes é diplomado pelo Institute of Marketing Management (África do Sul) e pelo Chartered Insurance Institute (Londres). Corretor de seguros marítimos de profissão, na especialidade de analista de riscos. Exerceu as funções de chefe de serviços no Grupo João Ferreira dos Santos (SARL), em Moçambique; foi diretor de operações do Grupo Jardine Rennie, na África do Sul; diretor de operações do Grupo P.F.V, também na África do Sul; e cofundador e diretor-geral da Chemfree – Indústria de Recuperação de Óleos. Mais recentemente, foi co-fundador e administrador executivo da Ambicare S.A. e fundador da Trafotech Lda.

No plano político, foi secretário-geral adjunto do PSD (1985-1990), deputado durante três mandatos (1985/1987, 1987/1991 e 1991/1995). Foi presidente da Secção do PSD de Joanesburgo, membro do Secretariado Nacional da Emigração e conselheiro nacional do PSD. Foi, ainda, vice-presidente do Instituto Luso-Árabe para a Cooperação.

É autor de duas obras – um manual dos seguros marítimos – “Operações Marítimas” – e um manual de transportes marítimos – “Contentores e o futuro”.

Luís Manuel Costa Geraldes é natural de S. Jorge da Beira (Covilhã), onde nasceu em 2 de março de 1950.



JOSÉ MANUEL FERNANDES

É RELATOR PARA O FUNDO DE SOLIDARIEDADE DOS INCÊNDIOS



FUNDO DE SOLIDARIEDADE
DA UNIÃO EUROPEIA

O eurodeputado José Manuel Fernandes foi escolhido como relator do Parlamento Europeu para a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em Portugal, em 2017.

Prevê-se que Portugal venha a receber mais de 50 milhões para apoiar as populações e as regiões afetadas, depois da destruição provocada pelos incêndios florestais do ano passado, que causaram prejuízos avaliados em cerca de 1.458 mil milhões de euros e uma área ardida superior a 400 mil hectares.

O eurodeputado do PSD avisa que é fundamental “que o Governo nessa reprogramação não se esqueça das populações e das zonas afetadas” e pede “celeridade na decisão do Parlamento e do Conselho para que o dinheiro chegue rapidamente às populações e se acelere o processo de reconstrução das áreas devastadas”.

José Manuel Fernandes irá ainda propor “que o Parlamento recomende que a Comissão aprove a reprogramação do Portugal 2020 para fazer face aos prejuízos e ajudar as populações afetadas pelas tragédias ocorridas em 2017”.

O relatório será apresentado na Comissão de Orçamentos do Parlamento Europeu, no próximo dia 22 de março, e votado em Plenário no final de maio.

O Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) foi criado em 2002 com o objetivo de prestar auxílio aos países da União Europeia, e países cuja adesão esteja em negociação, afetados por grandes catástrofes naturais, com graves repercussões nas condições de vida dos cidadãos.

Para a aplicabilidade deste fundo, são consideradas catástrofes naturais de “grandes proporções”, o principal foco deste fundo, catástrofes que provoquem estragos em que a estimativa do total dos prejuízos diretos seja ou superior a 3 mil milhões de euros (a preços de 2001) ou represente mais de 0,6% do rendimento nacional bruto do país, consoante o que for mais baixo.

O Fundo de Solidariedade pode também ser mobilizado para catástrofes consideradas “regionais”, em situações em que os prejuízos afetem a maior parte da população da região e tenham repercussões graves e prolongadas nas suas condições de vida e estabilidade económica, mesmo que o limiar nacional aplicável não tenha sido atingido. O valor de apoio atribuído é calculado como uma percentagem do valor de prejuízos estimados, provocados pelas catástrofes naturais.

Rui Rio reuniu com o grupo parlamentar

FAZER OPOSIÇÃO AO GOVERNO

A interação com o grupo parlamentar será “muito estreita” e feita no dia-a-dia, quer por parte da direção nacional, quer por parte do novo Conselho Estratégico Nacional (CEN). Após uma reunião de trabalho com o grupo parlamentar, dia 8, Rui Rio defendeu a necessidade, em conjunto e em sintonia, a direção nacional e os deputados fazerem oposição ao Governo.

“Continuo a contar com os 89” deputados, esclareceu Rui Rio à saída da reunião com o grupo parlamentar do PSD.

De acordo com o presidente do PSD, “a oposição tem sempre duas vertentes”: “aquela em que apontamos os erros e falhas da governação”; “a outra é construtiva”, em que são apresentadas alternativas. “A junção destes dois fatores é que nos pode levar a ganhar as próximas eleições”, apontou para, logo, precisar: “o grupo parlamentar tem uma vertente de mostrar o que está mal feito pelos outros, mas também tem uma componente positiva: cada vez que apresenta um projeto de lei está a dizer que faríamos” de outra forma.

Sobre o Conselho Estratégico Nacional, esclareceu que “tem apenas a vertente construtiva: ir construindo, setor a setor, as opções alternativas que o PSD apresenta à sociedade”.

Salientando ter-se tratado de uma “reunião prolongada” e “absolutamente normal” em que houve espaço para diversas intervenções “construtivas”, Rui Rio mencionou que a direção tomou posse há três semanas. Por isso, “as coisas têm de ser arrumadas e feitas com a cadência própria”.



PSD QUESTIONA GOVERNO SOBRE ESTUDO DO MONTEPIO



O PSD quer saber se o Governo e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) já receberam o estudo de avaliação independente sobre o real valor do Banco Montepio Geral e, em caso afirmativo, qual é o valor apurado nesse estudo. Estas são duas das questões colocadas pelo grupo parlamentar do PSD ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O primeiro vice-presidente da bancada do PSD, Adão Silva, justificou o pedido de esclarecimentos ao Governo em declarações à agência Lusa: “Temos informação recente de que o estudo que foi encomendado pela Santa Casa, e que é considerado pedra fundamental para a decisão, já estará concluído e nós queremos que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social nos informe sobre vários aspetos ligados a este estudo”. Nomeadamente, sublinhou Adão Silva, o PSD quer saber “qual é a possibilidade de a Santa Casa entrar mesmo no capital do banco?”

Face às muitas dúvidas e informações contraditórias que têm vindo a público, os deputados do PSD pretendem também saber se o ministro Vieira da Silva autoriza a Santa Casa a adquirir uma participação qualificada no Montepio Geral e quais o valor e percentagem envolvidos nessa participação. E pedem ainda o acesso ao estudo ou o seu envio para a Assembleia da República.

“Neste momento, não sabemos se a Santa Casa já desistiu de ter uma participação no Montepio ou se persiste essa vontade. Como o estudo era essencial, queremos saber o que diz”, afirmou o vice-presidente da bancada social-democrata.

Apesar do cuidado que o PSD tem colocado no acompanhamento deste assunto, os deputados social-democratas consideram, ainda assim, que “o mesmo continua a revelar-se de uma opacidade incompatível” com o papel de fiscalização que compete à AR.

“Estamos muito preocupados com esta situação”, reforçou Adão Silva, que lembrou a posição assumida no último debate quinzenal com o primeiro-ministro: “Pela voz do líder parlamentar Fernando Negrão, o PSD já disse que somos contra esta participação e vamos usar todos os mecanismos parlamentares necessários para impedir que se venha a concretizar”. A missão da Santa Casa é “acorrer às dificuldades das pessoas e das famílias e não dos bancos”, sintetizou.

GOVERNO PARTIDARIZA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LEIXÕES

Quatro concelhias do PSD da Área Metropolitana do Porto criticam as escolhas do Governo para a Administração do Porto do Douro e Leixões (APDL). Num comunicado conjunto com o título "Nova leva de 'boys' nomeados para a administração da APDL", as Secções sociais-democratas do Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Vila do Conde são perentórias: "O PS perdeu definitivamente a vergonha".

As quatro estruturas concelhias denunciam "a forma despudorada como o Governo partidariza administração pública, em detrimento dos reais interesses dos portugueses". "A administração recém-nomeada representa unicamente a vontade de um partido político, que muito tem penalizado os portugueses e corresponde a interesses contrários à administração pública, em ordem às regras de boa governança", acusam.

Alberto Machado (Porto), Bruno Pereira (Matosinhos), Cancela Moura (Vila Nova de Gaia) e Miguel Pereira (Vila do Conde) consideram "inegável que a ADPL é um dos poucos símbolos cujo poder de decisão se mantém a Norte", razão pela qual o PSD afirma que "os sucessivos Governos sempre indicaram quadros com reconhecida experiência profissional e académica para a administração".

"Mas o PS, neste caso, quis levar o denominado grau de partidarismo político ao extremo – o Governo de Portugal não indicou os seus melhores – indicou simplesmente os 'seus', ou seja, os socialistas Nuno Araújo, Cláudia Soutinho e Joaquim Gonçalves, os quais não apresentam qualificações e a experiência adequadas e suficientes e encontram-se impreparados para o cargo que assumiram", referem as concelhias.

Os três administradores foram alvo de nomeação direta "sem passarem pelo crivo de um concurso público", apontado que as escolhas foram feitas por serem militantes do PS, candidatos ou autarcas.

"Nuno Araújo é o secretário-coordenador do partido em Penafiel e foi chefe de Gabinete do secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Pedro Nuno Santos; Cláudia Soutinho integrou a lista de vereadores do PS à câmara do Porto e exerceu funções na Câmara de Matosinhos; Joaquim Gonçalves é autarca eleito pelas listas socialistas em Matosinhos, chegando a exercer a 'honorabilíssima' função de coordenador da secção de transportes da Distrital PS/Porto", apontam.

"Não bastava ao PS promover um modelo de governação contranatura, para agora ao nível das nomeações se comportar como o dono do regime, com a agravante de proceder a escolhas fracas e sem qualquer critério para além do interesse partidário", concluem os sociais-democratas.

"MÁ UTILIZAÇÃO DE DINHEIROS PÚBLICOS" NA CÂMARA DE CASTELO BRANCO

Os vereadores do PSD na Câmara de Castelo Branco denunciaram ao Tribunal de Contas o que consideram ser uma situação "de má utilização de dinheiros públicos" no executivo de maioria socialista referente à atribuição de subsídios. "A autarquia não tem criado um regulamento, com definição de regras claras e transparentes na atribuição de subsídios, fazendo-o de forma disfuncional, sem ter como princípio base qualquer critério qualitativo ou quantitativo", refere o documento enviado ao Tribunal de Contas pelos vereadores Carlos Almeida e Hugo Lopes.

Os social-democratas, que tornaram público o documento numa conferência de imprensa, explicam que desde a sua tomada de posse que têm vindo a denunciar nas reuniões do executivo e publicamente a situação.

"Desde a tomada de posse que a vereação do PSD, tem vindo a denunciar nas reuniões do executivo e publicamente, a forma displicente e sem critério, como é feita a atribuição de subsídios às associações existentes no concelho de Castelo Branco", lê-se no documento.

Carlos Almeida sublinhou que desde a tomada de posse dos dois vereadores sociais-democratas, em outubro e até ao momento, a Câmara de Castelo Branco já atribuiu subsídios no valor de 1 milhão e 350 mil euros.

Adianta ainda que são favoráveis à atribuição de subsídios às associações e instituições que muitas vezes se substituem à própria autarquia, mas defendem em nome da transparência, da equidade e da justiça, que haja um regulamento para o efeito, evitando inclusivamente o "mendigar" de ajudas para iniciativas e eventos por parte das coletividades.

Face à ausência de um regulamento que defina critérios de atribuição de subsídios às associações e instituições do concelho de Castelo Branco, os vereadores do PSD consideram que se entra no campo da "arbitrariedade".

"Por tudo isto, a vereação do PPD/PSD vê-se na obrigação de remeter esta situação [Tribunal de Contas], por entender que estamos perante uma situação danosa e de má utilização de dinheiros públicos", conclui o documento.



PSD/MADEIRA MOBILIZA-SE PARA VENCER ELEIÇÕES NO ARQUIPÉLAGO

Unido e mobilizado para enfrentar o “cerco das esquerdas” que querem tomar o poder no arquipélago e retirar a autonomia de decisão aos madeirenses e porto-santenses, é a estratégia do PSD/Madeira para vencer a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 2019.

“Todos temos de ter a humildade necessária para perceber que em primeiro lugar está a Madeira e a Autonomia da Madeira”, sublinhou o presidente do PSD regional, Miguel Albuquerque, apontando a estratégia do governo central de condicionar a Madeira em função do calendário eleitoral que se avizinha.

“Tenho sentido uma grande mobilização, porque os objetivos do Governo estão a ser todos cumpridos e, em alguns aspetos estamos, a exceder as expectativas”, exemplificando com a baixa da taxa de desemprego de 15,8 para 8,9% e com o crescimento económico.

“Não é por acaso que neste momento todos os sectores da economia da Madeira estão em crescimento desde a indústria à agricultura, da pesca ao turismo. Mas isto resulta de medidas do Governo”, referiu, lembrando que a governação é feita de ciclos e quando começou o mandato o país atravessava uma crise que está a ser superada, como revelam os indicadores económicos.

Miguel Albuquerque, que participava num encontro com os militantes na freguesia de Santo António, no Funchal, dia 7 de março, conta com o contributo do líder nacional do PSD, Rui Rio, para resolver os problemas da Madeira que dependem do governo central. “Neste momento não estão a ser resolvidos porque há uma estratégia do próprio governo central, no sentido de prejudicar a Madeira, no sentido de condicionar a Madeira em função do calendário eleitoral que se avizinha”, concluiu.



TRILHOS PEDESTRES SÃO UM ATIVO IMPORTANTE DO TURISMO DE NATUREZA

Duarte Freitas anunciou que o grupo parlamentar do PSD/Açores vai propor uma reforma de regime jurídico dos trilhos pedestres, para tornar não só mais eficaz e eficiente a sua gestão global, mas também para promover uma qualificação da nossa oferta turística.

“O que o PSD/Açores pretende com esta proposta é, por um lado, estimular a proposta de trilhos para classificação, tornando claros os seus critérios, e, por outro, assegurar que a sua manutenção, sinalização e fiscalização são mais céleres e cuidadas”, justificou.

O líder dos social-democratas açorianos falava no final de uma reunião de trabalho dos deputados do PSD/Açores eleitos por São Miguel com o presidente da Câmara Municipal da Povoação, dia 7, depois de uma visita de dois dias dos parlamentares àquele concelho para contacto com os representantes da sociedade civil e com os poderes públicos e políticos do concelho.

Segundo Duarte Freitas, “existem problemas graves ao nível da gestão dos trilhos pedestres da Região”, razão pela qual, salientou, “é preciso clarificar competências e acabar com o jogo do empurra, para tornar esses trilhos mais seguros, melhor sinalizados e melhor fiscalizados”.

“A Povoação é o concelho com a maior rede de trilhos homologados e con-

sideramos que esta nossa proposta, a par do investimento em miradouros e em outras infraestruturas turísticas, é um passo importante no sentido de se qualificar a nossa oferta, já que os trilhos são um ativo importante do turismo de natureza de que a Região dispõe e, neste caso, de que a Povoação dispõe”, explicou.

Durante os dois dias de visita ao concelho, os deputados do PSD/Açores eleitos por São Miguel reuniram com empresários e representantes de instituições e organizações de setores como Educação, Solidariedade Social, Agricultura, Pesca, Turismo ou Ambiente.

Duarte Freitas apontou como uma “preocupação transversal” a todos os setores a dificuldade em fixar residentes na Povoação, um concelho constituído por seis freguesias, frisando que nos últimos 50 anos a Povoação perdeu 50% da população (de 12.820 habitantes em 1970 passou para 6.080 habitantes em 2016).

O líder do PSD/Açores lembrou, a este propósito, que o partido tem vindo a defender “projetos que, de alguma forma, estão adiados no tempo”, como a melhoria da estrada que liga as Furnas à Ribeira Quente ou ainda a estrada dos Arrastadores, “uma via fundamental na Vila da Povoação para ligar as várias lombas”.

POVO LIVRE

Director: Diogo Vasconcelos

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Sucessão do Provedor de Justiça



Menéres Pimentel visitou Sede Nacional do PSD

Página 20

Tavares Moreira reage aos números da inflação para Abril

Governo montou operação de propaganda pouco séria e bastante bizarra

Página 12

Em Madrid

José Luís Arnaut reuniu-se com o Secretário-Geral do PP

Página 10

João Carrascalão na Sede Nacional

Durão Barroso aceitou convite para visitar Timor

Página 20

Durão Barroso em Roma

Europa celebrou os 50 anos da Declaração de Robert Schuman

Página 20

Edição n.º 1215 do "Povo Livre" | de 10 a 17 de maio de 2000

O "Povo Livre" noticiava que o presidente do PSD, Durão Barroso, almoçava, na sede nacional, com o Provedor de Justiça, José Menéres Pimentel. O líder do PSD procurava desta forma desbloquear o impasse na escolha do futuro Provedor, cargo que haveria de ser ocupado por Henrique Nascimento Rodrigues, sucedendo ao antigo presidente da Comissão Política Nacional e jurista insigne, Menéres Pimentel.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEPÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



LISBOA ÁREA OESTE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa Área Oeste, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2018 (terça-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua 9 de Abril – 3º Torres Vedras, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Discussão e aprovação do relatório e contas de 2017
- 2 - Análise da situação política

UISEU / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Março de 2018 (segunda-feira), pelas 21h00, na nova sede, sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja nº 9 – Edifício Vasco da Gama, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Rectificação das contas relativas ao ano de 2017, aprovação do orçamento para 2018 (alínea C do nº 2 do art 39 dos Estatutos do PSD)
- 3 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 23 de Março de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Francisco Oliveira nº 9, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Arganil, para reunir no próximo dia 18 de Março de 2018 (domingo), pelas 15h30, na Benfeita, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da actividade desenvolvida no mandato
- 3 - Eleições PSD – apresentação de listas para a Comissão Política de Secção e Assembleia de Secção;
- 4 - Análise da situação política;

CADAVAL

Alteração de data

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cadaval, para reunir no próximo dia 06 de Abril de 2018, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua D. Fernando nº 12, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assem-

bleia de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00.

CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Carregal do Sal para reunir no próximo dia 13 de Abril 2018, (sexta-feira) pelas 20h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 20h00 às 22h00.

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo de Paiva, para reunir no próximo dia 31 de Março de 2018 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Rua da Boavista, nº 22 - Sobrado, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise e aprovação do relatório e contas de 2017
- 2 - Orçamento e plano de actividades para 2018
- 3 - Análise da situação política concelhia;
- 4 - Outros assuntos

CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo de Vide, para reunir, no próximo dia 21 de Abril de 2018, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua de Olivença, nº 13 – 1º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 15h00 às 18h00

FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Felgueiras, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Março de 2018, (sábado) pelas 16h00, na sede, sita na Rua Luis de Camões, r/c – Margaride, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Apresentação do plano de actividades para o ano de 2018
- 2 – Apresentação e votação do relatório e contas da Secção do ano de 2017
- 3 – Apresentação e votação do orçamento para o ano de 2018
- 4 – Análise da situação política local e nacional
- 5 – Outros assuntos

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Guarda, para reunir, no próximo dia 14 de Abril de 2018, (sábado) pelas 14h30, na sede, sita na Rua Marquês de Pombal, nº 3 – 3º andar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. (contactar para o 966 044 486).
- As urnas estão abertas das 14h30 às 19h00

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir, no próximo dia 27 de Março de 2018, (terça-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação político-partidária;
- 2 - Aprovação das contas do ano de 2017, conforme alínea d) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos

S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira, para reunir, no próximo dia 13 de Abril de 2018, (sexta-feira) pelas 17h00, na sede, sita na Av. Renato Araújo, 182 Loja CG – 1º A, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 17h00 às 23h00

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Tondela, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Março de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório Municipal de Tondela, sito na Rua Comendador Alberto Cardoso Matos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Discussão e votação das contas de 2017 e Orçamento para 2018 da Secção
- 3 - Acompanhamento da estratégia e acção municipais na recuperação dos flagelos dos incêndios do mês de Outubro
- 4 - Análise da situação política
- 5 - Outros assuntos

TRANCOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Trancoso, para reunir, no próximo dia 14 de Abril de 2018, (sábado) pelas 14h30, no Clube Trancosense, sito na Rua Conde de Tavadre, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição dos órgãos da Secção
- Comissão Política de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 14h30 às 18h30

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vendas Novas, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2018 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua da Azinheira, nº 8, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Aprovação das contas de 2017
- 2 – Análise da situação política

ÁGUAS SANTAS – PEDROUÇOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Aguas Santas - Pedrouços, para reunir no próximo dia 14 de Abril de 2018, (sábado) pelas 14h00, na sede do Núcleo, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Águas Santas – Pedrouços.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As listas são entregues na sede do PSD Maia – Rua dos Fontineiros da Maia, 20 - Maia

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

CAMARATE/UNHOS E APELAÇÃO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Camarate, Unhos e Apelação, para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2018, (segunda-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4 – Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Camarate, Unhos e Apelação.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 21h30

MOSCAVIDE E PORTELA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Moscavide e Portela, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2018, (quarta-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4 – Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Moscavide e Portela

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 21h30

SACAVEM E PRIOR VELHO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Sacavém e Prior Velho, para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2018, (segunda-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4 – Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Sacavém e Prior Velho

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 21h30

SANTA IRIA DA AZOIA/SÃO JOÃO DA TALHA E BOBADELA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Santa Iria da Azoia, São João da Talha e Bobadela, para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2018, (segunda-feira) pelas 19h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4 – Santo António dos Ca-

valeiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Santa Iria da Azoia, São João da Talha e Bobadela

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 19h00 às 21h30

NÚCLEO LITORAL / PORTO

Rectificação de data

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto para reunir no próximo dia 21 de Março de 2018, (quarta-feira) pelas 21h30, na sede da Junta de Freguesia de Aldoar, sita na Rua da Vilarinha, – Porto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Informações

2 – Análise da situação política”



II CONSELHO DISTRITAL DA JSD DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o II Conselho Distrital da JSD de Braga, para reunir no dia 29 de Março de 2018 (quinta-feira), pelas 21h00, no Auditório dos Bombeiros Voluntários Cabeceirenses, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários nº 65, 4860 – 353 Refojos de Basto – Cabeceiras de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação e aprovação da proposta política sectorial (moção) da JSD Distrital de Braga;

2 – Análise da situação política distrital e nacional;

3 – Outros assuntos.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Ponte da Barca, para reunir no próximo dia 20 de Abril de 2018 (Sábado), pelas 15 horas, na Sede da JSD Ponte da Barca, sita na Praça Dr. António Lacerda, n.º 4, 1.º Direito Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio;

2 – Eleição da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00m às 17h00m.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia da Póvoa de Lanhoso, para o Plenário a reunir no próximo dia 23 de Março de 2018, pelas 21h (Sexta-Feira) na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Análise da Actividade Política;

Ponto Dois: Outros Assuntos.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Seia para o Plenário a realizar no próximo dia 21 de Abril de 2018 (Sábado) pelas 16h00m na sede do PSD de Seia sita na Av. 1.º de Maio, n.º 26 em Seia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Seia.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem a substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas deverá ter lugar na sede do PSD de Seia ou por correio electrónico.

As urnas estarão abertas entre as 16h00m e as 18h00m.

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 21 de Abril de 2018, (sábado) pelas 18 horas, sita na Rua Almirante João Contente, Lote 5 – A, em Soure, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Órgãos Concelhios da Concelhia de Soure.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00m às 20 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A entrega das listas na Sede do PSD de Soure.

ERRATA

NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

\Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do Centro Histórico - Porto para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 31 de Março de 2018, pelas 18h00m, no Edifício da antiga Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, Rua de Gonçalo Cristóvão, 187 com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do núcleo do Centro Histórico - Porto

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Núcleo ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no Edifício da antiga Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, Rua de Gonçalo Cristóvão, 187, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD. As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20h00m.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR

NESD/JSD ISG

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD inscritos no ISG- Instituto Superior de Gestão, para as eleições do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da referida instituição, a decorrer no próximo dia 21 de Março de 2018, das 14h às 16h, na sala 0.12 do Edifício U, sito na Av. Mal. Craveiro Lopes 2, 1700-097 Lisboa, ISG. Com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos da Direção e da Mesa do Plenário do NESD ISG.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Coordenador Distrital do Ensino Superior, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local supra indicado, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.